

MUNICIPIO DE SERTÃO SANTANA**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2022**

O Prefeito Municipal de Sertão Santana torna público que objetiva aquisição de móveis e equipamentos, que realizará no dia 30/09/2022 às 9h, na sala do Departamento de Compras e Licitações, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço. O Edital encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura de Sertão Santana, sito a Rua 24 de Março, 1890. Informações pelo fone (51) 3495-1066, ou no site www.sertaosantana-rs.com.br. Sertão Santana, 15 de setembro de 2022.

Irio Miguel Stein - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL**SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de São Gabriel/RS comunica aos interessados da **SUSPENSÃO** da licitação **Pregão Presencial nº 093/2022** (contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados contínuos de limpeza predial, recepção e zeladoria, com fornecimento de mão-de-obra especializada, equipamentos, uniformes e EPIs, visando adequadas condições de limpeza, conservação, salubridade e higiene nos próprios pertencentes ao Município) para melhor análise das impugnações e pedidos de esclarecimentos interpostos. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal/Diretoria de Compras, fones: (55)3232-2988, ramal 253, ou (55) 3237-1376, de segundas a sextas-feiras, no horário de expediente da Prefeitura, das 08:00 às 12:00 h, e das 13:30 h até as 17:30 h, e no site da Prefeitura. São Gabriel, 15 de setembro de 2022. Lucas Gonçalves Menezes, Prefeito Municipal

EDITAL DE CIÊNCIA DE LEILÃO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL RUA MACIEIRO (ANTIGA RUA E) 756-. X, JARDIM SANTA RITA, LOTE 1542 QUADRA B I GUAIBA - RS, CEP: 92500-000 1º leilão 22/09/2022** às 11:00 horas 2º leilão 21/10/2022 às 11:00 horas Local AGENCIA DA CAIXA: RUA SÃO JOSE, Nº 219, CENTRO, GUAIBA, RS Credor Hipotecário EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuários: ELIEGE BARBOSA BORBA, CPF 584.234.350-91 2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão Informações tel. 5199928-8794, 5199856-9927, ou RUA MOSTARDEIRO nº 888, MOINHOS DE VENTO, PORTO ALEGRE - RS CEP: 90430-000 MARCIANO BARBIERI Leiloeiro Oficial SED: B50263

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE**AVISO DE ANULAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2022**

O Município de Rolante torna público a Anulação do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 04/2022, para **REGISTRO DE PREÇO SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES ELÉTRICAS, conforme parecer Jurídico nº 80/2022. Fica aberto o prazo recursal previsto no Art. 109, inciso I alínea "c" da Lei nº 8.666/1993**. Rolante, aos 15 dias do mês de setembro de 2022. PEDRO LUIZ RIPPEL – Prefeito Municipal.

FACTA SEGURADORA S.A. - MICROSSEGURADORA

CNPJ 33.493.756/0001-79 NIRE 4330063097

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2022

1. Data, Hora e Local: Em 14 de abril de 2022, às 14:00 horas, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua dos Andradas, nº 1409, 4º andar, Sala 401, CEP 90020-011. **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **3. Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas e na presente Ata. **4. Mesa:** Evaldo Francisco da Rosa, Presidente; e Everton Francisco da Rosa, Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre aumento do capital social da sociedade e consolidação do Estatuto Social da Sociedade. **6. Deliberações:** Após discutida a matéria constante na Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade: **a) aprovar** o aumento do capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, de R\$ 32.100.000,00 (trinta e dois milhões e cem mil reais) para R\$ 37.100.000,00 (trinta e sete milhões e cem mil reais), um aumento, portanto, de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), mediante a emissão de 5.803.081 (cinco milhões, oitocentos e três mil e oitenta e um) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, para subscrição e integralização nas seguintes condições: **(1)** serão colocadas pelo preço de emissão de R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por ação, em conformidade com o valor do patrimônio líquido da companhia em 30 de novembro de 2021; **(2)** serão colocadas para subscrição particular pelos acionistas **Evaldo Francisco da Rosa e Everton Francisco da Rosa**, e **(3)** serão integralizadas no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Estando presentes à Assembleia acionistas representando a totalidade do capital social, foi dispensado o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência previsto em lei, passando-se imediatamente à subscrição. Verificando-se o Boletim de Subscrição, que é o **Anexo I** da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da companhia, constatou-se que os acionistas subscreveram 5.803.081 (cinco milhões, oitocentos e três mil e oitenta e uma) novas ações ordinárias, nas condições expressas no Boletim de Subscrição; **b) aprovar** expressamente o Boletim de Subscrição, acima mencionado, e declarar formalmente concretizado o aumento de capital mediante a emissão das referidas novas ações ordinárias; **c) aprovar**, em decorrência das deliberações supra, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Capítulo III - Capital Social e Ações - Artigo 5º -** "o capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 37.100.000,00 (trinta e sete milhões e cem mil reais), dividido em 48.757.912 (quarenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e doze) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **d) aprovar**, em decorrência das deliberações supra, a consolidação do Estatuto Social da seguradora. **Anexo II; e) deliberar** pela publicação desta Ata na forma de extrato. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Assinaturas: Mesa: Evaldo Francisco da Rosa, Presidente; e Everton Francisco da Rosa, Secretário. Acionistas: Evaldo Francisco da Rosa e Everton Francisco da Rosa. Porto Alegre, 14 de abril de 2022. Carlos Edmundo Heyn - OAB/SP nº 120795.**

Anexo II - Estatuto Social da Facta Seguradora S.A. - Capítulo I - Nome, Sede, Foro e Duração - Artigo 1º. A FACTA SEGURADORA S/A (a "Companhia") é uma sociedade por ações fechada, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro jurídico na Rua dos Andradas, nº 1409, 4º andar, Sala 401, CEP 90020-011, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir ou encerrar filiais, no território nacional e/ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social - Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto atividade seguradora, para operar no segmento S3, nos seguros de danos e pessoas e de microsseguros de pessoas com atuação em todo território nacional, ou seja, nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª regiões, podendo como sócia ou acionista participar de outras sociedades, exceto instituições financeiras, observadas as disposições legais pertinentes. **Capítulo III - Capital Social e Ações - Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 37.100.000,00 (trinta e sete milhões e cem mil reais), dividido em 48.757.912 (quarenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e doze) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo IV - Assembleias Gerais - Artigo 6º.** As Assembleias Gerais da Companhia serão realizadas ordinária ou extraordinariamente. Cada Assembleia Geral Ordinária deverá ocorrer até o dia 31 de março do ano seguinte ao término de cada exercício social, para discussão, votação e aprovação das matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações. Além disso, os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral Extraordinária sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **Parágrafo 1º.** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas a qualquer momento por qualquer membro da Diretoria, por qualquer acionista, mediante solicitação por escrito, ou ainda de qualquer outra forma prevista na Lei das Sociedades por Ações. Caso os membros da Diretoria deixem de convocar uma Assembleia Geral solicitada por um acionista dentro de 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da respectiva solicitação, tal acionista poderá convocar diretamente a Assembleia Geral. Observadas as disposições legais aplicáveis, as convocações deverão ser entregues aos acionistas com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência da data agendada para a realização de cada Assembleia Geral, em primeira convocação, e com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência da data agendada para a realização de cada Assembleia Geral, para as convocações posteriores, e deverão conter, em qualquer caso, a data, o horário e a ordem do dia, bem como qualquer outra informação relevante. **Parágrafo 2º.** As convocações para as Assembleias Gerais deverão informar, detalhadamente, a ordem do dia. Não serão aprovadas, e serão consideradas nulas, deliberações referentes a matérias que não estejam expressamente contidas na convocação, exceto se aprovadas por acionistas representando 100% do capital social. **Parágrafo 3º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso tal quórum não seja observado em primeira convocação, será realizada uma nova convocação, nos termos do Parágrafo 1º acima, na qual o mesmo quórum de instalação será exigido. Caso o quórum de instalação não seja observado em segunda convocação, será realizada uma terceira convocação. Neste caso, a Assembleia Geral será instalada com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Companhia. Se o quórum de instalação não for observado em terceira convocação, será realizada uma quarta convocação. Neste caso, a Assembleia Geral será instalada com a presença de qualquer número de acionistas. **Artigo 7º.** A Companhia deverá sempre preparar e manter precisas e completas as atas de Assembleias de Acionistas, as quais deverão precisamente registrar todas as deliberações tomadas, incluindo as discussões relacionadas a assuntos que não forem objeto de decisões consensuais. **Artigo 8º.** Exceto pelos casos especiais estipulados pela lei, as deliberações das Assembleias de Acionistas deverão ser aprovadas pelos votos afirmativos de acionistas detentores de, no mínimo, a maioria das Ações Ordinárias. **Artigo 9º.** Sem prejuízo do artigo anterior, a Assembleia Geral de Acionistas deverá deliberar acerca das seguintes matérias: **(a)** a compra ou aquisição de qualquer imóvel; **(b)** a compra, venda, cessação ou transferência (ou qualquer oferta) de quaisquer quotas ou ações ou participação em qualquer subsidiária da Companhia; **(c)** a fixação (e qualquer alteração posterior) de pagamento de bônus a qualquer executivo ou administrador da Companhia; **(d)** o pedido de recuperação judicial ou falência pela Companhia; **(e)** qualquer venda, locação ou disposição de ativos fora do curso normal dos negócios, em uma operação ou em uma série de operações em um período de 12 (doze) meses, envolvendo valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que não estejam contempladas no orçamento anual da Companhia; **(f)** qualquer fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Companhia; **(g)** qualquer alteração de disposição do Estatuto Social da Companhia; **(h)** qualquer aumento ou redução do número de Ações Ordinárias de emissão da Companhia; **(i)** aprovação sobre a distribuição de dividendos em qualquer valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto; **(j)** resgate, compra ou de outra forma aquisição de quaisquer Ações Ordinárias ou outros títulos de capital de emissão da Companhia, desde que, no entanto, referida restrição não se aplique para a compra, venda e/ou resgate de ações de funcionários, diretores, administradores, consultores ou outras pessoas que prestem serviços para a Companhia ou qualquer subsidiária (ou com relação à cessação da prestação de tais serviços) por força de acordos em que a Companhia tenha a opção de recomprar tais ações após a ocorrência de determinados eventos, como o termo do contrato ou da prestação do serviço ou por força de um direito de preferência; e **(k)** realização de qualquer transação com uma parte relacionada. **Capítulo V - Administração - Artigo 10.** A Companhia será administrada pela Diretoria. **Artigo 11.** Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos por um mandato de 3 (três) anos, se estendendo até a investidura de novos membros eleitos, sendo permitida a reeleição. **Capítulo VI -**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DO SOBRADO**ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO**

Tomada de Preços nº 004/2022, Edital nº 288/2022. Objeto: contratação de serviço com fornecimento de material para a construção da feira da agricultura familiar, de acordo com o Convênio FPE 1229/2021.

Entrega dos envelopes será no dia 05/10/2022 até às 11:00h (onze) horas, na Rua Rodolfo Bruckner, 445, e abertura dos envelopes proposta se dará no mesmo dia e mesmo local, às 14:00 (quatorze) horas. Edital e informações no setor de Compras, fone (51) 3730.1077, e-mail: compras@passodosobrado.rs.gov.br ou site: www.passodosobrado.rs.gov.br

Passo do Sobrado, 16 de setembro de 2022. Edgar Thiesen - Prefeito Municipal.C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAL DO SUL - RS**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2022 - Processo Administrativo nº 97/2022**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRISTAL DO SUL-RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas, do dia 30 de setembro de 2022, serão abertos os envelopes do Pregão Presencial nº 18/2022, objetivando a Compra de Materiais/Produtos Enfeites Natalinos. Demais informações e cópias do Edital poderão ser adquiridos na Secretaria Municipal da Administração, nos horários de expediente das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (55) 3616.2215 ou 3616-2217, site www.cristaldosul.rs.gov.br e-mail: compraselicitacoes@cristaldosul.rs.gov.br, Cristal do Sul-RS, 15 de setembro de 2022.

Otelmo Reis da Silva/Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUIPE**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: P.P. Nº 32/2022 – Registro de Preços **Abertura: 30 de Setembro de 2022 às 10:00 hs. Objeto Aquisição De Gêneros Alimentícios Para Merenda Escolar E Gêneros Alimentícios.** Edita: Rua Osório Ribeiro Nardes 152, 553336:0000. <http://www.catuipe.rs.gov.br/> (em Editais)

Catuipe/RS, 16 de setembro de 2022.

JOELSON ANTÔNIO BARONI, Prefeito Municipal de Catuipe.

PREFEITURA MUNICIPAL DE**ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 20/2022**

O Município de Almirante Tamandaré do Sul torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 20/2022** – tipo menor preço por item, modo de disputa aberto - que tem por objeto o registro de preços de óleos lubrificantes e graxas. **Recebimento das propostas: no período de 19 de setembro de 2022 a 04 de outubro de 2022, até às 08h30min** (horário de Brasília). A sessão de lances será no dia **04 de outubro de 2022, às 09h00min**. Edital no site almirantetamandaredosul.rs.gov.br ou em pregaonlinebanrisul.com.br. Dúvidas/informações podem ser enviadas para licitacao@tamandaredosul.com.br ou pelo fone (54) 3698 8808. Almirante Tamandaré do Sul, 16 de setembro de 2022. **ADIR GIACOMINI** - Prefeito Municipal

Diretoria - Artigo 12. As operações de dia-a-dia da Companhia serão geridas pela Diretoria, cujas funções, obrigações e direitos estão previstos no Estatuto Social e na legislação aplicável. Os Diretores e candidatos a preencherem a posição de Diretor deverão residir no Brasil, ser profissionalmente qualificados para desempenhar suas funções e gozarem de boa reputação. **Artigo 13.** Além de outras atribuições, a Diretoria será responsável por nos termos da Circular SUSEP nº 249, de 20 de fevereiro de 2004: **(a)** definir as atividades e os níveis de controle para todos os negócios; **(b)** estabelecer os objetivos dos mecanismos de controles e seus procedimentos; **(c)** verificar sistematicamente a adoção e o cumprimento dos procedimentos definidos; **(d)** avaliar continuamente os diversos tipos de riscos associados às atividades da sociedade ou entidade; **(e)** acompanhar e implementar a política de conformidade de procedimentos, com base na legislação aplicável, revendo-a semestralmente; **(f)** implantar política de prevenção contra fraudes; e **(g)** implantar política de subscrição de riscos. **Parágrafo Único.** Sem prejuízo do disposto acima, compete à Diretoria, dentre suas demais atribuições, a aprovação, implementação e revisão de estruturas, políticas e relatórios da Companhia sobre **(i)** governança e controles internos; **(ii)** a prevenção aos crimes de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; e **(iii)** o gerenciamento de riscos. **Artigo 14.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, que serão designados especificamente como: **(i)** Diretor Presidente, que desempenhará as funções específicas de diretor de fiscalização ou controle estabelecidas na Carta-Circular n. 1/2016/Susep-Cgrat de 29 de fevereiro de 2016, quais sejam: **(a)** responsável pela prevenção e combate à lavagem de dinheiro - Lei 9.613/1998, Circular Susep 612/20 e demais regulamentações específicas; **(b)** responsável pelos controles internos da Companhia; e **(c)** responsável pelos controles internos da Companhia específicos para a prevenção contra fraudes; e **(ii)** Diretor Administrativo Financeiro que desempenhará as funções específicas do diretor executivo ou operacional, previstas na Carta-Circular n. 1/2016/Susep-Cgrat de 29 de fevereiro de 2016, quais sejam: **(a)** responsável pelas relações com a SUSEP; **(b)** responsável técnico; **(c)** responsável administrativo financeiro; **(d)** responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; **(e)** responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005; **(f)** responsável pela contratação de correspondentes de microsseguros e pelos serviços por eles prestados; **(g)** responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados; **(h)** Responsável pela Política Institucional de Conduta, previsto na Resolução nº 382, de 4 de março de 2020; e **(i)** responsável pelo cumprimento da Resolução nº 383, de 20 de março de 2020. Os Diretores da Companhia reportar-se-ão à Assembleia Geral periodicamente, conforme solicitado e/ou conforme determinado neste Estatuto Social. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até que seus sucessores eleitos pela Assembleia Geral tomem posse de seus cargos. **Artigo 15.** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, este será substituído temporariamente por outro Diretor indicado pela Diretoria, que acumulará as funções do Diretor temporariamente ausente ou impedido, desde que respeitado o número mínimo de membros da Diretoria conforme previsto no Artigo 15 acima. Em caso de vacância permanente de qualquer dos cargos da Diretoria, deverá ser eleito substituto na Assembleia Geral subsequente, devendo o Diretor substituído permanecer no cargo pela duração do mandato do Diretor substituído, sendo que somente será investido nas suas funções após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados, na forma da regulamentação aplicável em vigor. **Artigo 16.** A Diretoria terá amplos poderes para administrar a Companhia e para realizar todos os atos e operações relacionadas ao objeto social, observando as disposições do Artigo 10. **Artigo 17.** Observado o disposto no Artigo 10, a Companhia poderá ser representada e obrigada a realizar todos os atos necessários para atingir seu objeto social, e será representada ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, observadas as disposições legais, deste Estatuto Social e das deliberações tomadas em Assembleia Geral: **(a)** pela assinatura isolada de qualquer um dos Diretores; **(b)** pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores devidamente investidos com poderes específicos; ou **(c)** pela assinatura conjunta de qualquer um dos Diretores e de 1 (um) procurador devidamente investido com poderes específicos em processos judiciais, administrativos e perante órgãos públicos. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá constituir procuradores por instrumento de procuração pública ou particular, sempre determinando poderes específicos e indicando expressamente a finalidade para a qual a procuração está sendo outorgada. Tais procurações serão assinadas por qualquer um dos Diretores e deverão indicar o respectivo prazo de validade, com exceção dos poderes da cláusula ad judicia, que poderão ser concedidos por período indeterminado. **Artigo 18.** Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por funcionários da Companhia que forem estranhos ao objeto social e/ou aos negócios da Companhia serão expressamente proibidos e serão nulos e inoperantes. **Capítulo VII - Conselho Fiscal - Artigo 19.** A Companhia possuirá um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes. O Conselho Fiscal será eleito e instalado pela Assembleia Geral em conformidade com as disposições legais aplicáveis. **Capítulo VIII - Ouvidoria - Artigo 20.** A Companhia terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, que será nomeado pela Diretoria dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter atuação em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos. O Ouvidor terá mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria poderá destituir o Ouvidor a qualquer tempo, a seu critério, ou caso o mesmo descumpra as atribuições previstas neste Capítulo. **Parágrafo 1º.** A Ouvidoria contará com condições adequadas para seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **Parágrafo 2º.** É assegurado o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **Artigo 21.** São atribuições da Ouvidoria: **(a)** prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição; **(b)** atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; **(c)** informar à Diretoria da Companhia a respeito das atividades de Ouvidoria; **(d)** receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da Companhia, que não forem solucionadas por outros canais fornecidos pela Companhia; **(e)** prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; **(f)** informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis; **(g)** encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado no item (f) acima; **(h)** propor à Diretoria da Companhia medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e **(i)** elaborar e encaminhar à auditoria interna e à Diretoria da Companhia, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o item (h) acima. **Capítulo IX - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros - Artigo 22.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo 1º.** Ao término de cada exercício social serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei. Os lucros líquidos verificados terão a seguinte destinação: **(a)** 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; **(b)** pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, estipulado de acordo com o Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; **(c)** o saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito. **Parágrafo 2º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em qualquer outra periodicidade, para apuração dos lucros dos respectivos períodos, que poderão ter a destinação eleita pelos acionistas. **Parágrafo 3º.** A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei Federal nº 9.249/95 e legislação pertinente, cujos valores totais poderão ser considerados como parte do dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo X - Auditoria - Artigo 23.** A Companhia terá uma área de auditoria interna, que desenvolverá plano de ação para que a Companhia alcance seus objetivos sociais e adotará uma abordagem sistêmica e disciplinada para avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados da Companhia, em conformidade com a Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021. **Capítulo XI - Liquidação - Artigo 24.** Na hipótese de liquidação da Companhia, deverão ser adotadas e observadas a legislação em vigor. Cabendo a SUSEP processar a liquidação da sociedade e a consequente nomeação de liquidantes. **Capítulo XII - Jurisdição e Solução de Conflitos - Artigo 25.** Este Estatuto Social será regido e interpretado pelas leis do Brasil. **Artigo 26.** Para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou/ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca do Rio Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Evaldo Francisco da Rosa; Everton Francisco da Rosa.** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certificado registro sob o nº 8426796 em 13/09/2022 da Empresa FACTA SEGURADORA S/A, CNPJ 33493756000179 e protocolo 223034541 - 05/09/2022. Autenticação: E0B7DE251FCB69B3F4D305AFE975A1499FD3A1F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Bancos culpam vítimas por golpes

Para órgãos de defesa do consumidor, os bancos não fazem o suficiente contra golpes. Apesar de investir em campanhas informativas, as instituições falham ao se isentar da responsabilidade e atribuir culpa ao cliente, dificultando também o auxílio às vítimas.

“Eles dizem a todo momento que a culpa é da vítima”, diz Guilherme Farid, diretor-executivo do Procon SP. Farid aponta que a educação é importante, mas que não é o suficiente para evitar o prejuízo provocado pelas instituições ao permitir transações que fogem do perfil do consumidor.

“A partir do momento que você resolve depositar seu patrimônio numa instituição financeira, você quer a segurança de que ele não sairá de lá sem a sua autorização. E nesse cenário, cabe ao prestador de serviço adotar todas as cautelas e tecnologias possíveis para não autorizar”, explica.

Ainda assim, as instituições se isentam da responsabilidade. A economista e coordenadora do programa de serviços financeiros do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Ione Amorim, critica a falta de atenção aos clientes que são vítimas de golpes financeiros.

“O que encontram quando recorrem ao SAC por telefone é uma sequência de gravações, com um roteiro cheio de perguntas que dificultam falar diretamente com alguém que os orientem e providencie os bloqueios necessários ou encaminhamento correto para contestação de operações involuntárias”, explica Amorim.

Ela acrescenta que as agências não possuem atendimento priorizado ou respostas padronizadas às ocorrências, deixando a qualidade do atendimento dependente da interpretação de quem acolhe a demanda. Nas redes sociais, chats com robôs não ajudam a resolver a questão, além de retardar procedimentos de bloqueios, reparação ou orientações sobre como melhorar as configurações de segurança.

Procon e Idec veem falhas de segurança de instituições Representantes do Procon SP e do Idec indicam que há uma falha no sistema de segurança dos bancos, especialmente ao não identificar operações anormais em contas bancárias, que poderiam ser questionadas antes da confirmação. A falha, para Farid, seria no gerenciamento do perfil de consumo do cliente. Ele aponta que os bancos têm informações sobre os hábitos e rotinas financeiras dos usuários, assim como tecnologia suficiente para identificar transações suspeitas, mas não agem para impedir os golpes.